

Os não retrocessos e os avanços na COP 30 de Belém

Autor(a): Talden Farias

Publicado em: 13 de dezembro de 2025

Publicação: conjur_import

Link JurisTube:

<https://juristube.com.br/colunistas/talden-farias/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem>

Fonte original: <https://conjur.com.br/2025-dez-13/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem-2>

Identificador citável:

juristube.com.br/colunistas/talden-farias/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem#ep-e583e2cf

Resumo

O sistema não apenas sobreviveu, mas entregou avanços concretos baseados em dados científicos e compromissos financeiros reais

Texto integral

A narrativa predominante sobre as negociações climáticas globais tende, frequentemente, a focar nas lacunas e nos déficits. No entanto, uma análise rigorosa e desapaixonada dos resultados da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30), em Belém, revela uma história alternativa de resistência institucional e progresso tangível. Em um ano marcado por um boicote diplomático inédito por parte da maior economia do mundo e por tensões geopolíticas extremas, o sistema das Nações Unidas não apenas sobreviveu, mas entregou avanços concretos baseados em dados científicos e compromissos financeiros reais. Tânia Rêgo/Agência Brasil A “COP da Floresta”, situada simbolicamente na Amazônia, provou ser um teste de estresse definitivo para o Acordo de Paris. O fato primordial a ser celebrado é a não ruptura. As negociações, descritas nos relatórios oficiais como “frenéticas e intermináveis nas noites de sexta-feira”, evitaram o colapso total que muitos analistas previam diante da ausência dos Estados Unidos. O consenso final, alcançado entre quase 200 nações com interesses diametralmente opostos — desde pequenos estados insulares do Pacífico até grandes exportadores de petróleo do Oriente Médio —, demonstra que o regime climático global possui uma força gravitacional própria, capaz de manter o mundo à mesa de negociações mesmo sob as circunstâncias mais adversas. Para além da sobrevivência política, a COP 30 entregou dados de avanço que merecem uma análise detalhada. A ciência trouxe, pela primeira vez em anos, uma revisão positiva nas curvas de temperatura baseada em ações reais de mercado. O financiamento para a proteção da biodiversidade saiu do campo das promessas abstratas para a realidade dos depósitos bancários, e a pauta da adaptação ganhou status de prioridade orçamentária vinculante. Este artigo dissectiona esses vetores de sucesso, comprovando que o caminho para a estabilidade climática continua sendo pavimentado, bloco por bloco, e passa pela tecnologia, pela solidariedade financeira e pela inovação diplomática. Dividendo tecnológico: revisão da curva de 3,1°C para 2,8°C A notícia mais substancial e positiva emanada do contexto da conferência veio da auditoria científica independente realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O Relatório sobre a Lacuna de Emissões trouxe um dado estatístico que comprova a eficácia das transformações econômicas em curso: a revisão da projeção de

aquecimento global para baixo. No ciclo anterior de avaliação, os modelos climáticos indicavam que o planeta caminhava, com base nas políticas vigentes, para um aquecimento de 3,1°C. O novo relatório apresentado em Belém ajustou essa previsão para 2,8°C. Embora a magnitude do desafio permaneça imensa, uma redução de 0,3°C na projeção tendencial é uma conquista material significativa. Em termos físicos, isso representa a prevenção de megatoneladas de emissões de carbono que, de outra forma, estariam condenadas a aquecer a atmosfera. Como ressaltou Anne Olhoff, uma das autoras do relatório, “cada fração de grau importa em termos de vidas perdidas e danos”. Portanto, evitar essa fração de 0,3°C é uma vitória humanitária. O relatório é explícito ao atribuir esse progresso não apenas a ajustes metodológicos, mas a fatos econômicos reais: como o “rápido crescimento de tecnologias de energia limpa”. A análise destaca especificamente a expansão agressiva de painéis solares e a adoção em larga escala de veículos elétricos. Esses vetores tecnológicos estão alterando a matriz de emissões em mercados decisivos como a China e a Europa. Este dado é crucial porque demonstra que a transição energética está acontecendo por meio de forças de mercado e inovação tecnológica, ganhando uma velocidade que muitas vezes ultrapassa a própria regulação governamental ou a vontade política. A eletrificação das frotas de veículos e a expansão da matriz renovável estão avançando a passos largos, descolando-se das incertezas políticas. Isso sugere que o mundo possui um “motor auxiliar” de descarbonização — a tecnologia e a eficiência econômica — que continua operando e resfriando as projeções futuras, servindo de contrapeso à inércia diplomática.

Mobilização financeira: US\$ 5 bilhões para florestas

Um dos pilares centrais para o sucesso de qualquer política climática é o financiamento. Sem capital, a conservação é apenas retórica. Nesse sentido, a COP 30 foi palco do lançamento e da capitalização inicial de um mecanismo financeiro inovador liderado pelo Brasil: o Fundo “Florestas Tropicais para Sempre”. Em um ambiente global de restrição fiscal e desconfiança mútua, a capacidade de mobilizar capital novo é um indicador vital de sucesso diplomático. A conferência encerrou com promessas firmes de aproximadamente US\$ 5 bilhões para o fundo. Embora a meta de longo prazo almejada pelo governo brasileiro fosse de US\$ 25 bilhões, a injeção imediata de cinco bilhões de dólares representa um triunfo concreto. Esse montante não é teórico e será direcionado para remunerar nações que mantêm suas florestas em pé, criando um incentivo econômico real para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos estoques de carbono. A composição dos doadores reforça a natureza multilateral do sucesso e a credibilidade da iniciativa. Contribuições foram asseguradas de nações diversas como Noruega, França e Indonésia, com sinalizações positivas adicionais da Alemanha de que contribuirá em breve. A participação da Indonésia — um país florestal chave — ao lado do Brasil sinaliza uma nova era de cooperação Sul-Sul, onde as nações detentoras de biodiversidade assumem o protagonismo no desenho das soluções financeiras, em parceria com doadores do Norte. Este fundo estabelece um precedente arquitetônico: a criação de mecanismos que pagam por serviços ecossistêmicos de forma perene. Ao garantir esses US\$ 5 bilhões, a COP 30 provou que é possível destravar recursos financeiros significativos mesmo na ausência de consenso total sobre outras pautas de mitigação, garantindo que a proteção da Amazônia e de outras florestas tropicais tenha suporte econômico tangível para continuar existindo.

Justiça climática: triplicação dos fundos de adaptação

Para as nações mais vulneráveis, a medida do sucesso de uma conferência climática não reside apenas nas metas de redução de emissões futuras, mas na garantia de sobrevivência presente diante dos desastres já inevitáveis. Nesse aspecto, a COP 30 entregou uma vitória crucial para a justiça climática: o compromisso formal de triplicar o financiamento para adaptação. O acordo final incluiu linguagem específica e vinculante prevendo “esforços para pelo menos triplicar o financiamento para adaptação

até 2035". Essa cláusula atende a uma demanda histórica e existencial dos pequenos estados insulares e dos países menos desenvolvidos, que enfrentam os impactos imediatos do aumento do nível do mar, secas prolongadas e tempestades intensificadas. Diferente da mitigação (que foca em cortar as emissões de carbono), a adaptação envolve a construção de diques, sistemas de alerta precoce e agricultura resiliente — medidas que salvam vidas no curto prazo. Ao elevar a prioridade dessa pauta e estabelecer uma meta numérica de multiplicação de recursos (triplicar), a conferência enviou um sinal político de solidariedade que evitou a ruptura do bloco de países em desenvolvimento. A reação das delegações dos países vulneráveis confirmou a importância desse avanço. Ruleta Camacho Thomas, representante de Antígua e Barbuda, expressou publicamente o alívio com o resultado: "agradecemos que, neste clima geopolítico, não tenhamos regredido". Em um contexto onde o risco de retrocesso era real devido à ausência de grandes potências, a garantia de manutenção e ampliação do suporte financeiro constitui uma vitória diplomática que manteve a coesão do sistema. Novos compromissos nacionais: meta absoluta da China A dinâmica das Obrigações Nacionalmente Determinadas (NDCs) também registrou avanços qualitativos importantes, desafiando a narrativa de estagnação. O destaque recai sobre a China, a maior emissora atual e peça-chave na economia global de energia. Pela primeira vez em sua história de política climática, Pequim anunciou uma meta de redução absoluta, comprometendo-se a cortar as emissões de dióxido de carbono e outros poluentes em pelo menos 7% até 2035. A importância desse anúncio não deve ser subestimada. Até então, a China operava majoritariamente com metas de "intensidade de carbono" (emissões por unidade de PIB), o que permitia o aumento das emissões absolutas conforme a economia crescia. A transição para uma meta de redução absoluta, ainda que considerada modesta por alguns analistas, representa uma mudança de paradigma. Estabelecer um piso de 7% de corte sinaliza aos mercados globais e à indústria pesada chinesa que o pico de emissões está contratado e que a curva descendente é uma política de Estado irreversível. Dado o peso da China na balança global de carbono, qualquer percentual de redução absoluta traduz-se em gigatoneladas de emissões evitadas, reforçando o papel do país no preenchimento do vácuo deixado por outras potências. Consolidação do 'Bloco de Ambição': 80 países A conferência de Belém revelou a consolidação de um bloco político de ambição robusto e vocal. Cerca de 80 países — abrangendo a União Europeia, nações latino-americanas como Colômbia e Panamá, e estados insulares — atuaram de forma coordenada exigindo planos concretos para a transição energética e o abandono dos combustíveis fósseis. A existência dessa coalizão, que representa pouco menos da metade dos participantes da conferência, demonstra que há uma massa crítica política disposta a avançar mais rápido do que o consenso mínimo exigido pela ONU. Esse "clubes de ambição" atua como um motor político, garantindo que a pauta da eliminação dos combustíveis fósseis permaneça central nas discussões. Mesmo que o texto final tenha sido diluído pela regra do consenso, a força desse bloco de 80 nações impediu que a pauta fosse enterrada. Eles asseguraram que a linguagem sobre a transição energética, herdada da conferência de Dubai, fosse mantida como referência, impedindo o retrocesso normativo que os países produtores de petróleo desejavam. A coesão desse grupo é um ativo diplomático que continuará pressionando o sistema para cima nas próximas rodadas de negociação. Inovação diplomática: liderança brasileira e o 'Plano B' Diante das amarras processuais da ONU, onde um único país pode bloquear o avanço de todos, a presidência brasileira da conferência demonstrou criatividade e liderança proativa para contornar o impasse. Ao perceber a dificuldade em obter uma linguagem forte sobre combustíveis fósseis no texto oficial, a diplomacia anfitriã lançou uma iniciativa paralela de alto impacto. O diplomata André Corrêa do Lago anunciou que o Brasil liderará um esforço independente para mobilizar nações dispostas a desenvolverem

planos específicos para a transição energética e proteção florestal. A iniciativa foi recebida com uma “salva de palmas” e, mais importante, com interesse político. Essa estratégia de “multilateralismo voluntário” permite que os países dispostos a agir avancem sem serem reféns dos retardatários. Ao criar esse canal, o Brasil garantiu que o trabalho técnico de planejamento da transição continue, criando fatos políticos que eventualmente poderão ser incorporados aos acordos formais no futuro. Isso comprova a capacidade de reinvenção da diplomacia climática, que encontra caminhos alternativos para manter a agenda em movimento mesmo quando a via principal está congestionada.

Estabilidade institucional: sobrevivendo ao boicote Por fim, o maior legado da COP 30 é a sua própria conclusão bem-sucedida. O contexto não poderia ser mais adverso: a administração Trump nos Estados Unidos efetuou um boicote prático ao evento, não enviando delegação oficial e sinalizando a retirada do Acordo de Paris. Em qualquer outro momento da história, a ausência da maior potência ocidental poderia ter implodido a conferência, levando outros países a abandonarem o barco. Isso não aconteceu. As quase 200 nações presentes reafirmaram seu compromisso com o tratado de 2015. A ausência americana, embora prejudicial, isolou Washington, não o resto do mundo. A China, a União Europeia e o Sul Global mantiveram-se firmes na estrutura de governança. O texto final manteve referências às decisões anteriores, o que foi celebrado pelos negociadores europeus como uma vitória da consistência normativa. A capacidade de reunir o mundo na Amazônia e produzir um documento consensual, salvando as negociações do colapso nas horas finais, demonstra que a mudança climática atingiu um patamar de prioridade que transcende governos individuais. A “inércia positiva” do sistema internacional provou ser mais forte do que as forças de fragmentação geopolítica.

Construção da ponte para o futuro A análise detalhada dos dados e resultados da COP 30 permite uma conclusão de otimismo pragmático. Se é verdade que a meta ideal de 1,5°C exige esforços hercúleos ainda não alcançados, é igualmente verdade que o mundo não está parado. Os vetores de progresso são claros e quantificáveis. Existe hoje uma trajetória de aquecimento projetada menor do que há um ano (2,8°C contra 3,1°C), impulsionada por uma revolução tecnológica real e mensurável. Foram garantidos novos US\$ 5 bilhões para proteger florestas tropicais, com a participação de grandes economias. Foi avençado um compromisso formal de triplicar os recursos econômicos que protegem as comunidades mais pobres dos desastres até 2035. A China comprometeu-se com um corte absoluto de emissões de 7% e um bloco coeso de 80 nações pressionou e continua pressionando por maior ambição climática global. Sobretudo, existe um sistema internacional que resistiu ao teste do estresse máximo provocado pelo isolacionismo de uma superpotência. A COP 30 provou que a governança climática global é resiliente, adaptável e capaz de entregar progressos incrementais vitais. Belém não foi o fim da estrada, mas a construção de uma ponte sólida sobre águas turbulentas, garantindo que a humanidade continue sua marcha, ainda que gradual, em direção a um futuro sustentável e seguro.

Referências: EMBER. China Energy Transition Review 2025 . 9 Sep 2025. Disponível aqui . GALLAGHER, Kevin; MORRO, Diego; RATAN, Ishana; JIAQI, Lu. No New Coal. A Shift in the Composition of China's. Overseas Power Plant Portfolio?. In: G C I P O L I C Y B R I E F 0 2 5 • 0 5 / 2 0 2 5. Boston University. Disponível aqui . THE NEW YORK TIMES. U.N. Sees Slight Progress on Climate Action, Partly Offset by the U.S. Disponível aqui . THE NEW YORK TIMES. Oil Producers, but Maybe Not the Planet, Get a Win as Climate Talks End . Disponível aqui . UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME . Emissions Gap Report (2025). Disponível aqui . UNITED STATES OF AMERICA. Department of Energy. A Critical Review of Impacts of Greenhouse Gas Emissions on the U.S. Climate . Disponível aqui . WORLD RESOURCES INSTITUTE. New Data Shows What's Driving Forest Loss Around the World.

Disponível aqui .

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

FARIAS, Talden. Os não retrocessos e os avanços na COP 30 de Belém. *conjur_import*, 13 dez. 2025. Disponível em: <https://conjur.com.br/2025-dez-13/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem-2>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/talden-farias/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem>. Acesso em: 30 set. 2026.

APA 7ª edição

Farias, T. (2025, December 13). Os não retrocessos e os avanços na COP 30 de Belém. **conjur_import**. <https://conjur.com.br/2025-dez-13/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem-2>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

FARIAS, Talden. 2025. “Os não retrocessos e os avanços na COP 30 de Belém.” **conjur_import**, December 13. <https://conjur.com.br/2025-dez-13/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem-2>

BibTeX

```
@article{talden-farias-os-n-o-retrocessos-e-os-avan-os-na-cop-3-2025,  
author = {Farias, Talden},  
title = {Os não retrocessos e os avanços na COP 30 de Belém},  
journal = {conjur_import},  
year = {2025},  
url =  
{https://conjur.com.br/2025-dez-13/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem-2},  
urldate = {2025-12-13}  
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/talden-farias/os-nao-retrocessos-e-os-avancos-na-cop-30-de-belem>

PDF gerado em 2026-09-30 18:36 UTC